

Ministro defende prisão após 2ª instância

Medida defendida por Jardim é uma das mais importantes para o combate à corrupção

VERA ROSA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, defendeu ontem a execução da pena após condenação do réu em segunda instância. A medida é vista pela força-tarefa da Lava Jato como uma das mais importantes para o combate à corrupção e o fim da impunidade. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu duas vezes manter o entendimento favorável à prisão após confirmação da sentença judicial em segundo grau, mesmo que ainda existam recursos pendentes. Há, porém, uma ação que pede a suspensão da execução da pena nesta fase e a Corte, dividida, examinará o assunto novamente. Nos bastidores, o comentário é que ministros podem mudar o voto dado anteriormente, o que torna o julgamento do caso imprevisível.

"A alegada motivação política não fica bem para a biografia do Supremo", afirmou Torquato Jardim, em referência à possível mudança de posição da Corte. "Sou a favor do recolhimento na segunda instância. Deve-se manter a decisão anterior."

A opinião do ministro da Justiça reforça declarações do juiz Sérgio Moro, que conduz os inquéritos da Lava Jato na primeira instância, em Curitiba. Ao participar, na terça-feira, do Fórum Estadão Mãos Limpas e Lava Jato - promovido em parceria com o Centro de Debate de Políticas Públicas -, Moro disse que o Supremo teve sensibilidade para perceber que "justiça sem fim é justiça nenhuma". O juiz lembrou que alguns integrantes da Corte afirmam, agora, que podem rever sua posição. Argumentou, porém, haver uma expectativa da sociedade de que isso não ocorra.

Para Torquato Jardim, existe

"uma enormidade de habeas corpus" no Supremo, mas é preciso aceitar que o julgamento probatório ocorre, de fato, na segunda instância. Recentemente, o ministro do Supremo Gilmar Mendes, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostrou-se favorável à prisão somente após um recurso especial passar pelo crivo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já é a terceira instância. Procuradores da Lava Jato sustentam, por sua vez, que brechas na lei facilitam inúmeros recursos por parte dos acusados, fazendo até mesmo "caducar" a punição.

Questionado sobre resolução publicada na reta final da gestão de Rodrigo Janot à frente da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Nacional do Ministério Público, permitindo a procuradores e promotores realizar vistorias e fazer diligências sem autorização judicial, o ministro usou tom diplomático. Defendeu, porém, a "competência" da Polícia Federal para conduzir o processo e dar maior eficácia tanto às investigações como às delações premiadas. "É preciso considerar a formação específica da Polícia Federal", insistiu Torquato Jardim.

O MINISTRO da Justiça, Torquato Jardim, defendeu ontem a execução da pena após condenação do réu em segunda instância



"Não fica bem para a imagem manter Battisti"

A reportagem também perguntou ao ministro sobre o futuro do italiano Cesare Battisti. O presidente Michel Temer já decidiu extraditar Battisti e revogar sua condição de refugiado, mas está à espera do julgamento do Supremo. "Não fica bem para a imagem do Brasil manter Battisti aqui", afirmou Torquato. "Há vários acordos com a Itália suspensos por causa disso." Na última terça-feira, 24, o ministro do Supremo

Luiz Fux, relator do caso, decidiu transformar em reclamação o habeas corpus impetrado pela defesa do italiano para impedir sua extradição. Com a decisão de Fux, o julgamento foi adiado e não há previsão para que seja retomado.

Battisti foi preso em Corumbá (MS), perto da fronteira com a Bolívia, no início deste mês. Acusado de evasão de divisas, ele afirmou à Polícia Federal que iria

apenas "pescar" no país vizinho. O Tribunal Regional Federal da 3.ª Região confirmou que o ativista pode responder em liberdade à ação. Condenado na Itália à prisão perpétua por terrorismo e pela participação em quatro homicídios, Battisti está no Brasil desde 2007. Em 2010, no último dia de seu mandato, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou a extradição do italiano e autorizou a permanência dele no Brasil.

Lula diz que denúncia é inepta e pede absolvição sumária

FÁBIO SERAPIÃO E JULIAAFFONSO
AGÊNCIA ESTADO

Por meio de seus defensores, o ex-presidente Lula apresentou resposta à acusação da Procuradoria na Operação Zelotes - investigação sobre a suposta compra da Medida Provisória 471 por meio do recebimento de propinas para beneficiar empresas do setor automotivo. Em 57 páginas, os advogados de Lula - 10 profissionais subscrevem a peça -, procuram fustigar a denúncia, clas-

sificando-a de inepta 'por ausência de justa causa', pedem nulidade da decisão judicial (10.ª Vara Criminal de Brasília) que a recebeu e, por fim, a absolvição sumária do petista. Em trechos da peça, os advogados de Lula - entre eles José Roberto Batocchio e Cristiano Zanin Martins - ironizam a denúncia. "Diante da ineptia da inicial, da falta de respaldo empírico mínimo e, ainda, de ato de ofício inteiramente lícito, como se acusar e, principalmente, se defen-

der de acusação de corrupção? Com certeza será exigido dele fazer prova negativa, de conduta não especificada, combatendo conjunto probatório inexistente; prova diabólica"

Ao pedirem a nulidade da decisão que abriu a ação, os advogados alegam 'falta de fundamentação suficiente'. "Ainda, na remota hipótese de ser necessária a realização de fase de instrução, requer desde logo o defendente a produção de

todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, que seja determinado ao Congresso Nacional que encaminhe as transcrições de todas as audiências realizadas pela Comissão Mista de Deputados e Senadores para emissão e parecer da Medida Provisória 471/2009." Além de Lula, são réus na ação da Zelotes seu ex-chefe de gabinete Gilberto Carvalho e empresários e lobistas que teriam atuado para conseguir a aprovação da MP 471.

José Alves

Novo Centro de Negócios da Bahia

É fácil confundir política de Estado, economia e negócios com política partidária, interesses eleitorais e ideologia. Desde sempre foi assim. Desde a Idade Antiga, a Ciência teve que se equilibrar com os poderes políticos estabelecidos, oferecendo contraponto ao absolutismo nos campos político e social. Desta vez, foi a necessidade de construção de um novo Centro de Convenções na capital baiana do século XXI que motivou um tipo de contravérsia capaz de evidenciar

uma série de distorções cabíveis, exclusivamente quando os valores vigentes correspondem a meras e passageiras políticas de governo.

Não se constrói um Centro de Convenções para seis meses, mas para uma vida toda. Esta é uma regra elementar na iniciativa privada e ainda mais quando se trata de um patrimônio público. Afinal, o imprevisto e o imediatismo na administração pública conduzem para soluções de curto prazo e vida cur-

ta. É o famoso 'barato que sai caro'.

Outra regra de ouro da administração pública é a que exige qualidade, preservando a relação custo-benefício. Para a sociedade baiana não há chance de retrocesso nesse quesito. Pois foi exatamente com essas preocupações que o governo estadual optou pelo Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), a fim de buscar os melhores meios para construção do novo Centro de Convenções.

Concedemos autorização à Reag Gestora de Recursos para desenvolver projeto básico e estudo de viabilidade visando à estruturação e ao desenvolvimento de concessão para criar um Fundo de Investimento em Participação que propicie a construção e operação do Novo Centro de Negócios da Bahia. Foi concedido à Reag prazo legal de 90 dias (em andamento) para conclusão dos estudos e projetos.

A ideia é utilizar cerca de 230 mil metros quadrados do Parque de Exposições para construir o novo Centro de Negócios, onde serão erguidos um Centro

de Convenções e núcleos empresarial, comercial, hotel e arena multiuso, de forma a assegurar plena sustentabilidade ao empreendimento. Basta olhar para a experiência de outros estados brasileiros, como São Paulo, para compreender que não basta construir um prédio. É imprescindível que um novo modelo de gestão esteja incluído nessa equação, para que tenhamos uma gestão por empresa especializada em centro de convenções, shopping center, hotel, prédios empresariais e arena multiuso.

Com a responsabilidade de uma administração

eficaz, planejamos utilizar uma área privilegiada pelas condições de acesso, facilitando a vida de baianos e visitantes (brasileiros e estrangeiros). A proximidade do metrô e do aeroporto são fatores relevantes para agilizar a chegada e saída do público e dos equipamentos necessários aos eventos corporativos, convenções, shows, feiras, etc. Um empreendimento de tal porte exige que sua concepção e planejamento sejam traçados com os olhos no futuro. É pensar grande. Isso é política de Estado.

José Alves é secretário do Turismo da Bahia.

PONTO DE VISTA

Voando com as borboletas

No livro A Nuvem, misto de memórias políticas e manifesto de uma vida extremamente rica, o escritor, político, historiador e um dos maiores jornalistas brasileiros, Sebastião Nery, descreve, com a maestria que o caracteriza, a trajetória do seu destino guiado por uma nuvem. Enfrentando todas as vicissitudes, sacrifícios e dissabores, conseguiu galgar a glória dos imortais, sempre andando na frente, pois "é dos pés dos que vão na frente que as borboletas se levantam".

Uma outra nuvem, igualzinha à de Nery, apareceu em Bertolândia, no Piauí, para guiar o destino de Baltazar Miranda Saraiva, atual desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. De ori-

gem humilde, teve de deixar sua terra natal para sobreviver. Viajou, cheio de esperanças, para São Paulo, a única opção dos nordestinos naquela época. Diferentemente de Nery, que parou em Minas, foi direto para a capital paulista.

Lá chegando fez-se carteiro, até que a morte do seu pai o obrigou a retornar à sua terra natal. De lá veio para Feira de Santana, onde trabalhou em diversas profissões, inclusive como Comissário de Menores e Segurança do Tribunal do Trabalho, no qual entrou por concurso.

Passado algum tempo, mudou-se para Salvador, onde fez o curso de Tecnólogo, Administração e Gestão Empresarial na Faculdade São Salvador e o de Bacharel em

Direito, na Universidade Católica do Salvador-UCSAL. Em 1986 foi aprovado no concurso de juiz e designado para a Comarca de Itiúba, onde permaneceu até ser promovido, por merecimento, para Paripiranga. De lá andou por diversas comarcas, até ser transferido para Salvador, ápice da carreira de um juiz de primeira instância.

Como se sabe, todo sucesso causa inveja e aversões. Estas podem ser perdoadas; a outra pode ser esquecida. A água, quando vê aproximar-se a tempestade, segue, com os olhos imóveis, a carreira silenciosa das nuvens. Na vida sempre estamos em movimento, percorrendo um caminho. Um mordaz escritor já disse que acreditar que existe

algo estável na vida é crer que pode haver ondas imóveis sobre o mar.

Desde que se tornou desembargador, o Grande Balta, como é carinhosamente chamado pelos colegas, desenvolveu uma extraordinária capacidade de trabalho, dinamismo e dedicação, merecendo o aplauso do mundo jurídico e do social, ao ponto de receber honrosas condecorações, com destaque para as do Mérito Judiciário do Estado da Bahia, do Exército Brasileiro, Thomé de Souza, Comenda Coqueijo Costa da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho e Comenda Ordem do Mérito Aeronáutico (OMA/2017), no grau de comendador. Esta última recebida no dia 23 do cor-

rente, na presença do presidente da República, Michel Temer, com quem teve um encontro no Palácio do Planalto, juntamente com a ministra dos Direitos Humanos, Luíslinda Valois.

Baltazar foi o segundo presidente da Câmara do Oeste antes de sua extinção. Por ocasião de sua posse nessa unidade do TJ/BA, relembrou os obstáculos que teve de remover do caminho até chegar a desembargador. Para expressar sua força moral, e sua vontade de vencer, utilizou a frase de Nery dizendo que, tal como ele, sempre andou na frente, fazendo as borboletas voarem.

Hoje, vitorioso, respeitado, admirado e reconhecido pela competência, ética, integridade e coragem de desafiador o destino, encontra-se naquela paz reinante que penetra a alma do vencedor,

fazendo-o mergulhar na agradável dicotomia em que o corpo se concentra no exercício mecânico das coisas enquanto o espírito se alça, livre, por sobre o panorama eterno da humanidade. Como disse um poeta escritor, é preciso um inverno inteiro para que se formem as flores da primavera... mas elas, afinal, aparecem.

Baltazar sabe que não há motivo para se deixar de querer o que se pretende na vida. Nossos caminhos seriam muito tristes se não fossem a presença distante das estrelas. Ao percorrer seu caminho, soube construir o do futuro, sempre andando na frente, ora fazendo as borboletas voarem, ora voando com elas, que batem as asas sem agressividade, deixando-se levar pelo vento.

Luiz Holanda é advogado e professor universitário